



Ministério de Minas e Energia

Consultoria Jurídica

PORTARIA Nº 14, DE 17 DE JANEIRO DE 2005.

A MINISTRA DE ESTADO DE MINAS E ENERGIA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, incisos II e IV, da Constituição, tendo em vista o disposto no inciso X do art. 1º da Lei nº 10.848, de 15 de março de 2004, no § 1º do art. 4º do Decreto nº 5.163, de 30 de julho de 2004, e considerando que:

a Resolução nº 1, de 17 de novembro de 2004, do Conselho Nacional de Política Energética - CNPE, definiu o critério geral de garantia de suprimento aplicável aos estudos de expansão da oferta e do planejamento da operação do sistema elétrico interligado, bem como ao cálculo das garantias físicas de energia e potência de um empreendimento de geração de energia elétrica;

por meio do Decreto nº 76.903, de 24 de dezembro de 1975, foi outorgada à Companhia Industrial Aliança Bondespachense a concessão para o aproveitamento hidrelétrico de um trecho do rio Lambari, denominado Pequena Central Hidrelétrica - PCH João de Deus, na condição de autoprodução de energia elétrica, situado no distrito sede do Município de Bom Despacho, Estado de Minas Gerais;

por meio do Despacho nº 926, de 12 de novembro de 2001, a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL autorizou a comercialização pelo prazo de cinco anos dos excedentes de energia elétrica, provenientes da PCH João de Deus;

a exigência quanto às centrais hidrelétricas serem despachadas centralizadamente para participarem do Mecanismo de Realocação de Energia - MRE, foi alterada pelo Decreto nº 3.653, de 7 de novembro de 2000; e

a regulamentação para o cálculo da energia assegurada das usinas hidrelétricas, não despachadas centralizadamente, foi estabelecida por meio da Resolução ANEEL nº 169, de 3 de maio de 2001, resolve:

Art. 1º Estabelecer em 1,43 MW médios a garantia física de energia referente à Pequena Central Hidrelétrica - PCH João de Deus, de propriedade da Companhia Industrial Aliança Bondespachense, localizada no rio Lambari no distrito sede do Município de Bom Despacho, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º A garantia física de que trata esta Portaria se destina exclusivamente à participação no Mecanismo de Realocação de Energia - MRE, da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

DILMA ROUSSEFF

Este texto não substitui o publicado no D.O.U. de 18.1.2005